REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
Vol.2, n. 2, set-dez. 2016 Missões

Versão Oficial: A Guerra do Paraguai em livros didáticos no Brasil[1]

Official Version: The Paraguayan War in textbooks in Brazil

Wagner Cardoso Jardim

Resumo: A historiografia da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai tem avançado consideravelemente nos últimos anos. Pretendemos avaliar ligeiramente como tais novas produções tem impactado os conteúdos dos livros didáticos do Ensino Médio no Brasil. Nesse artigo, propomos fazer uma análise telegráfica e parcial, dentro do tema Guerra da Tríplice Aliança, de alguns livros que compuseram o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em sua versão de 2015. Não pretendemos, no entanto, traçar um perfil geral com todas as obras utilizadas no país, isso demanda uma pesquisa mais ampla.

Palavras-chave: Ensino – Livros didáticos – historiografia – guerra do Paraguai

Abstract: The historiography of the Triple Alliance War against Paraguay has advanced considerably in recent years. We intend to evaluate slightly how these new productions have impacted the contents of the high school textbooks in Brazil. In this article, we propose to do a telegraphic and partial analysis, within the theme War of the Triple Alliance, of some books that composed the National Plan of the Didactic Book (PNLD) in its version of 2015. We do not intend, however, to draw a general profile with All the works used in the country, this demands a broader research.

Key Words: Teaching - Textbooks - historiography - war of Paraguay

Introdução

O livro didático pode ser um importante instrumento facilitador do processo ensino-aprendizagem nas escolas. No Brasil, muitos professores da educação básica sabem o quanto é difícil encontrar bons materiais, seja textual ou não, para trabalhar em sala de aula com os estudantes. Além disso, ao mesmo tempo em que surgem as dificuldades em escolher os textos de trabalho, a realidade desgastante e carga horária excessiva de grande parte desses profissionais não os possibilita tempo suficiente para qualificar-se e produzir seus próprios materiais. Esses profissionais obrigam-se a buscar textos prontos e que nem sempre atendem as expectativas nem os objetivos que pretendiam desenvolver em seu planejamento.

[1] Texto inicialmente escrito para ser apresentado e publicado nos anais do Simpósio Nacional da ANPUH, 2015.

A partir dos anos 2000, a popularização da internet apresentou-se como um excelente ambiente de publicação e troca de textos e materiais didáticos. Isso significaria uma oportunidade para professores e estudantes terem acesso a materiais diversos. No entanto, o material disponível nos sítios eletrônicos nem sempre era de fontes confiáveis ou resultantes de investigações sérias. Mais recentemente, houve uma proliferação de textos qualificados nas redes, oriundos de pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação. As instituições de Ensino Superior, as associações de categorias e revistas especializadas publicam periodicamente textos qualificados, resultado de investigações científicas.

Porém, nos deparamos com um novo problema, pois, esse amplo material disponível em formato digital e gratuitamente nem sempre se apresenta adequado para o trabalho e manuseio direto pelos estudantes. No geral, os textos acadêmicos são produzidos para um público específico e com linguagem não apropriada para estudantes do Ensino Médio, por exemplo. Dito isso, o livro didático pode apresentar-se, em muitos casos, como fonte indispensável (e em muitas vezes exclusiva) de leitura em sala de aula. No entanto, o que se observa é que nem sempre as produções dos livros didáticos acompanham o mesmo ritmo das produções acadêmicas.

Nesse sentido, propomos uma discussão acerca da qualidade do material didático disponibilizado pelo Estado brasileiro através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Faz-se necessário uma análise mais detida sobre o material que compõe esses livros. Não pretendemos, no entanto, traçar um perfil geral com todas as obras utilizadas no país, isso demanda uma pesquisa mais ampla, mas que pode ser pensada em nível de dissertação de mestrado, por exemplo. O que nos propomos nesse artigo é, dentro do tema Guerra da Tríplice Aliança, fazer uma análise telegráfica e parcial de alguns livros que compuseram o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em sua versão de 2015.

O método de análise

Para composição deste artigo empreendemos uma minuciosa análise de quatro livros didáticos, seguindo o seguinte critério: três dos livros escolhidos estão contemplados na lista de obras selecionadas por professores de algum estado do Brasil no PNLD 2015. Sendo assim, esse material tem grande alcance no território nacional. A outra obra escolhidas não foi contemplada no PNLD 2015, porém é de autores prestigiados e reconhecidos na historiografia de livros didáticos e que já fizera parte do programa em anos anteriores. As obras que fizeram parte do PNLD em 2015 e

selecionadas para esse trabalho são: "*História Sociedade e Cidadania*", de Alfredo Boulos Júnior, editado pela *FTD*, obra mais requisitada pelos professores e gestores públicos, com distribuição de 1.385,765 exemplares; a obra coletiva "*Ser Protagonista*", organizada por *Edições SM*, que ficou em sexto lugar na preferência dos professores e teve a distribuição de 579, 939 exemplares; e a obra "*História em Debate*" de Renato Mocelin e Rosiane de Camargo da *editora do Brasil*, décima quarta obra mais requisitada, com tiragem de 112, 782 exemplares.(BRASIL, s/d: s/p.) As três obras mencionadas são do 2º ano do Ensino Médio.

A obra "*História das cavernas ao terceiro milênio*" de Patrícia Ramos Braik e Myrian Becho Mota, da editora Moderna, igualmente do 2º ano do Ensino Médio, apesar do grande reconhecimento, tanto da editora, quanto dos autores, não fez parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), 2015. O objetivo foi perceber de que forma a Guerra do Paraguai é retratada nas referidas obras e em que medida as novas produções acadêmicas sobre o tema tem repercutido nos mesmos.

Posteriormente propomos uma breve revisão historiográfica a respeito da Guerra do Paraguai, maior conflito envolvendo países da América do Sul que influenciou decisivamente os destinos dos envolvidos e determinou a partir de então a posição ocupada por cada um no cenário politico e econômico regional.

O livro didático no Brasil e o financiamento público

A história dos livros didáticos em escolas brasileiras remonta a 1929, quando da criação do Instituto Nacional do Livro (INL). (FREITAS; RODRIGES, 2015, s/p.) No entanto, foi somente em 1934 que o governo de Getúlio Vargas atribuiu as primeiras atividades a esse órgão, como editar dicionários e criar novas bibliotecas públicas, por exemplo. Foi durante o governo Vargas que as políticas públicas voltadas para a disseminação do livro didático mais se acentuaram, ainda que com autonomia reduzida para os professores que se limitavam a escolher o livro a ser usado com os estudantes. (FREITAS; RODRIGUES, 2015, s/p)

Em 1985, em meio ao processo de abertura política vivida no Brasil e após diversas políticas educacionais que não valorizavam a qualidade do material didático distribuído, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Com o esse programa houve avanços em relação à qualidade do material produzido e da participação dos professores na escolha do material. O PNLD possibilitou também a "garantia do critério de escolha do livro pelos professores;" a "reutilização do livro por

outros alunos em anos posteriores, tendo como consequência a eliminação do livro descartável;" o "aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos [...]" (BRASIL, s/d, s/p.)

Apesar dos avanços trazidos pelo PNLD, os problemas estruturais permaneciam e as dificuldades históricas de se produzir um processo democrático na escolha e distribuição do material didático prosseguiam. A pesquisadora Célia Cassiano, em entrevista a revista eletrônica Carta Fundamental destaca os problemas e os avanços do programa desde sua implementação. Segundo Célia,

> Nessa primeira fase, houve muito caso de corrupção: obras que chegavam, mas não eram as pedidas pelas escolas. Como política de livro mesmo, o início foi em 1996, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. As obras passaram a ter avaliação das universidades e o programa, um sistema com verba regular, atendimento a toda a educação básica e regularidade cíclica na entrega. Isso eu chamo de segunda fase do PNLD, que teve continuidade e ampliação com os governos seguintes. (CASSIANO, 2014, s/p.)

Atualmente, para participar do Programa Nacional do Livro Didático as escolas públicas, federais, estaduais ou municipais devem fazer a adesão e respeitar os prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação. A escolha dos livros é feita por opção de professores e diretores e posteriormente informada ao MEC. O prazo de duração dos livros escolhidos é de três anos, quando devem ser feitas novas consultas. Parece apropriado propor que na formatação em que se encontra a compra e distribuição de livros atualmente no Brasil, assegurou certamente a democratização da escolha, durabilidade e qualidade do material de que são produzidos os livros. No entanto o que ainda precisa ser discutido no Brasil é sem dúvida a qualidade do conteúdo desses livros, bem como das atribuições da editora responsável como forma de se assegurar produções de qualidade, que estejam em contato com as Universidades e consequentemente com as novas pesquisas produzidas no país e fora dele.

Para tanto, em 1993, como resultado da participação do Brasil na *Conferência Mundial de Educação para Todos*, na Tailândia, o Brasil começaria a por em prática o Plano decenal de educação. Uma preocupação daquele plano era em relação à qualidade dos livros didáticos distribuídos aos professores e alunos. Nesse período, duas décadas atrás, a realidade da produção e distribuição de livros era diferente, como vimos o que motivava o documento do *Plano decenal de educação* a reconhecer que:

> O livro didático constitui um dos principais insumos da instituição escolar. Os aspectos referentes à sua política, economia, gerência e pedagogia são indissociáveis das demais características da questão educacional brasileira. Embora existam no mercado editorial livros de inegável qualidade, o País ainda não conseguiu formular uma política consistente para o livro didático que enfatize o aspecto qualitativo. (BRASIL, 1993, p.25.)

A Guerra do Paraguai nos Livros didáticos

Um dos grandes problemas das análises sobre a Guerra do Paraguai, em geral, e mais especificamente em relação aos livros didáticos, é o silêncio sobre a história dos países envolvidos, no pré-guerra. Compreender a História, de forma global e estrutural só é possível se nos detivermos em entender a história social, política e econômica, por exemplo, de forma ampla, de maneira que nos permita enxergar o lugar como um todo, e não fatiado, dificultando o entendimento global dos processos históricos.

Sobre a Guerra do Paraguai, especificamente, é raro encontrarmos livros didáticos onde os autores abordem, com pouco mais de detença, a história paraguaia no pré-guerra. Em "História em debate" de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo isso não foi diferente. (MOCELLIN, CAMARGO, 2013)

Os autores não dedicaram quase nenhum espaço para tratar do Paraguai enquanto colônia, nem do processo emancipatório, que inclusive envolvia toda América espanhola. Não trataram, igualmente, do período de governo de José Gaspar Rodriguez de Francia, prócer da independência e grande defensor dela. O livro em questão, assim como muito outros livros didáticos disponíveis no Brasil, limitou-se a analisar telegraficamente os governos de Carlos e Solano López, e, em geral acusá-los como grandes responsáveis pela deflagração do conflito, como veremos melhor.

O Paraguai foi o primeiro país independente na região platina, livrou-se de uma só vez, ainda que não definitivamente, da Espanha, envolvida nos problemas da sucessão monárquica e das pretensões bonaerenses de manter a estrutura administrativa e econômica da época da colônia. Num mesmo jogo de corpo, as forças políticas paraguaias, comandadas naquele momento por crioulos, sedentos do poder, desligaram-se politicamente da Espanha e de Buenos Aires, antiga capital do Vice-reino do Prata.

O jovem advogado de Assunção, José Gaspar Rodrigues de Francia, foi grande defensor de uma independência paraguaia ampla e irrestrita. Em 1810, em meio ao calor e euforia política que tomava a América pelas incertezas que vinham da Europa, o cabildo paraguaio, dominado por representantes realistas e espanholistas, decidiria não aderir ao movimento portenho. Em 24 de julho de 1810, na Junta General de Vecinos,

Francia seria o único a defender a independência irrestrita do Paraguai, tanto de Espanha quanto de Buenos Aires. (MAESTRI, 2014, p.61)

A história paraguaia ganharia novo rumo com o protagonismo de José Gaspar de Francia. O jovem advogado participaria decisivamente do movimento de independência, chegando mais tarde ao governo do país, primeiramente como um dos cônsules e posteriormente presidente e *Ditador* vitalício. No governo, Francia fortaleceu como sua base social de apoio, os camponeses, setor importante da sociedade paraguaia, representavam a maior parte da população do país e haviam sido excluídos das decisões políticas durante os governos anteriores.

Os autores de livros didáticos, em geral, como proposto, ignoram uma história paraguaia pré-López. Aliás, ao tratarem do governo de Carlos e Solano López, não são poucos os que reproduzem as "verdades" alardeadas e defendidas por historiadores militares e nacionalistas logo após o conflito. Muitos reconhecem nos governos dos López, apenas déspotas, cruéis e sanguinários num ambiente desprovido de disputas políticas.

Por outro lado, outros, que influenciados pela obra de Júlio José Chiavenatto "Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai" pintam o Paraguai quase como uma terra sem males. Os já citados autores Mocellin e Camargo, apesar de não dispensarem muita tinta para esse assunto, dão indícios de que se comprazem com a tese de Chiaventto. Para os autores, durante os governos dos López, o Paraguai passou por um período de "modernização". (MOCELLIN; CAMARGO, 2013, p.119.)

Em sua célebre obra, o jornalista sem formação em História, Júlio Chiavenatto, contribuiu grandemente para o avanço da historiografia sobre a guerra grande. Em sua reportagem jornalística que ganharia imensa repercussão no Brasil no período da redemocratização, Chiavenatto defende, entre outras coisas, que o Império do Brasil foi financiado pela Inglaterra e essa por sua vez temia um poder autônomo na América. Para defender sua tese, o autor afirma, sobretudo, que o Paraguai estava na época da Guerra "numa ebulição de progresso". (CHIAVENATTO, 1980, p.31.) Visão fantasiosa do Paraguai que seria desfeita posteriormente por historiografia especializada.

Certo é que as versões citadas estão carregadas de sentido ideológico. A corrente que afirma ser o Paraguai um país de selvagens, governados por déspotas, é composta, em geral, por militares ex-combatentes, que carregam o ímpeto de defesa pátria contra um invasor mau e ganancioso. Por outro lado, os defensores da tese chiavettiana, em sua maioria jovens, militantes de esquerda, que viviam os últimos anos da cruel ditadura

civil-militar brasileira, viam no livro de Chiavenatto uma forma de cobrar a conta dos militares, de mostrar as crueldades praticadas pelo alto escalão do exército imperial durante a estadia no Paraguai.

O historiador Mário Maestri, em recentes pesquisas, tem contribuído para desatar alguns nós deixados pela historiografia oficial sobre o Paraguai e a grande Guerra. Maestri analisa, entre outras coisas, o suposto surto desenvolvimentista pelo qual estaria passando o país, com a "instalação de fábricas com subsidio estatal". (MOCELINN; CAMARGO, 2013, p.119) Afirma que é impertinente o uso da categoria industrialização para um país "[...] isolado, de mercado minúsculo, com meios de transporte limitados e matérias primas escassas". (MAESTRI, 2014, p.220)

Mão de obra livre e capacitada para o trabalho industrial era outro ponto de que o Paraguai era carente no período imediatamente anterior a guerra. Não raras vezes, estrangeiros, que lá se fixavam para investir em alguma manufatura, eram obrigados a encomendar escravos para suprir a falta de mão de obra. A abolição da escravidão ocorreria somente em 1870, após o fim do conflito.

Ainda em relação a erros conceituais e de interpretação, Mocellin e Camargo foram traídos pela falácia anti-imperialista de que o Paraguai era uma ameaça às pretensões inglesas no subcontinente. Os autores afirmam, entre outras coisas, que no Paraguai não havia analfabetos e que houve uma "reforma agrária". (MOCELINN; CAMARGO, 2013, p.119) São dois temas distintos, porém que nos remetem ao período de governo de José Gaspar Rodrigues de Francia (1811-1840). O governo francista foi marcado pela aproximação e valorização dos pequenos e médios camponeses enquanto classe. (WHITE, 1989)

A historiografia especializada apresenta distintas visões acerca da educação no Paraguai pré-guerra, isso depende de qual lado do balcão se está. Por um lado, os detratores dos governos paraguaios anteriores à Guerra disparam críticas, acusando de país atrasado, repleto de analfabetos e ignorantes. Em sentido contrário, correntes simpáticas ao Paraguai, despida de paixões ideológicas em suas análises, se esforçam para provar o contrário, ou seja, afirmar que o Paraguai era desenvolvido também no campo educacional.

Mário Maestri em sua obra "Paraguai: República camponesa (1810-1865)" defende que naquele país, que sofreu com as chagas do colonialismo, que apesar das singularidades sociais, reproduzia a forma de pensar das classes endinheiradas da época. Que viveu por longos anos o predomínio cultural avassalador da Igreja Católica. Não

poderia ser diferente do que ocorrera no restante das províncias do antigo sistema colonial espanhol. Maestri lembra que educação sempre foi prioridade para os jovens do sexo masculino que vinham das melhores famílias. Quando do período francista, o governo, representando os interesses dos camponeses, passou a reequipar e construir escolas públicas que atendessem aos meninos empobrecidos, basicamente em classes de primeiras letras.

Francia aumentou o salário dos mestres, como forma de valorização dos professores e evitar que tivessem outros afazeres em busca de melhores vencimentos e prejudicassem a qualidade do ensino. Em 1834, o valor chegou a seis pesos fortes. (MAESTRI, 2014, 302) Além dos salários, os professores podiam ainda escolher, mensalmente, uma cabeça de boi nas estâncias da Pátria e, receberam esporadicamente, roupas, caras na época por causa dos tecidos que deveriam ser importados. A educação no Paraguai esteve longe de ser um desastre como propõe alguns. No entanto, pela condição periférica e dependente em que estava, dependendo de decisões paralelas para desenvolver-se economicamente, de Buenos Aires acabar com embargos, por exemplo, a situação não pode ser melhor. O Paraguai como um todo não conheceu desenvolvimento econômico, cultural, educacional igual aos demais países da região. Foi um desenvolvimento singular que exigiu situações diferenciadas.

Essas questões são, na verdade, desdobramentos do período colonial e não tiveram dinâmica própria, dependendo de situações políticas e econômicas regionais. É fundamental, em se tratando da história de outro país, que os livros didáticos tragam elementos suficientes para a compreensão geral do lugar, seus agentes sociais, suas características políticas, econômicas, territoriais, etc. Nesse sentido, acreditamos ser impossível compreender a história da Guerra do Paraguai sem levar em consideração a História dos países envolvidos.

A obra “História: das cavernas ao terceiro milênio”, de Patrícia Ramos e Myriam Becho, que não foi selecionado no PNLD 2015, apresenta uma visão mais geral da história paraguaia, ainda que de forma abreviada, sendo a única das quatro obras analisadas a contextualizar a história do Paraguai pré-guerra. As autoras destacam o governo de José de Francia e sua importância para a independência do Paraguai. Também nesse livro, pela primeira vez nos deparamos com informações mais claras sobre a organização política e social paraguaia. As autoras afirmam, com razão, que durante o governo de Carlos López, houve no Paraguai “uma economia e uma

organização político-social baseadas na estatização e na pequena propriedade". (BRAICK; MOTA, 2013, 215)

A respeito da existência de um sistema sócio-político-econômico baseado nas pequenas propriedades, o historiador estadunidense, Richard Alan White, defende que durante o francismo, os pequenos e médios proprietários de terra formaram a base social do governo, representando, junto com os monopólios do Estado, as principais atividades econômicas do país. (WHITE, 1989)

É consenso entre a historiografia especializada que os governos de Carlos e Solano López representaram rupturas fundamentais em relação ao governo de Francia. No entanto, em função das características da sociedade paraguaia, na qual a grande maioria era composta por camponeses, que representava força política importante, a ascensão dos López ao poder não conseguiu pôr fim a esse importante segmento social. Ao contrário, em uma constante luta de classes, mesmo entre a própria classe dominadora, a manutenção do equilíbrio entre camponeses e grandes proprietários era fundamental para a manutenção do poder político pela família López.

Carlos Antônio e posteriormente Francisco Solano López, não ousaram mexer na estrutura social paraguaia herdada do período francista. As mudanças ocorridas foram no âmbito político e econômico, os camponeses alijados das decisões políticas e abertura do comércio paraguaio ao mercado internacional. Tais mudanças tiveram reflexo na ligação entre classe camponesa e governo, que agora representava os interesses de uma diminuta classe de proprietários com interesses na abertura econômica do país.

No entanto, os camponeses representavam força política importante e não podiam ser simplesmente desconsiderados, assim, Carlos López deu sequência à agenda francista e continuou distribuindo terras públicas aos camponeses despossuídos. Nas Estancias da Pátria, que pertenciam ao Estado, muitos camponeses eram empregados, e ofícios de abastecimento do exército. Com o tempo, houve cisão entre governo e classe proprietária, essa desejava maior autonomia política e econômica. O cenário político no Paraguai turvou com a classe proprietária fazendo oposição ao governo que buscou na classe camponesa apoio e sustentação. A situação vivida no Paraguai pré-guerra foi definida pelo cônsul francês em Assunção como: "El terror entre los grandes, la seguridad para los pequeños y los malos procedimientos para extranjeros." (CAPDEVILA, 2010, p.24)

Assim como outros livros didáticos que analisamos nesse texto, a obra citada também apresenta algumas questões equivocadas sobre o Paraguai. Na visão das autoras, o governo de Francia "aboliu a escravidão e a servidão" e "combateu o analfabetismo, tornando o ensino primário obrigatório". (BRAICK; MOTA, 2013, 215) Como vimos, a escravidão somente seria abolida em 1870 após o fim do conflito e o investimento e educação primária não chegaria a zerar o analfabetismo.

E quanto a reforma agrária? Parece-nos que aqui, os autores Renato Mocellin e Rosiane de Camargo não cometeram engano ao conceituarem a distribuição e arrendamento de terras iniciados durante o governo de Francia e tendencialmente continuado com Carlos e Solano López, de "Reforma Agrária".

O historiador estadunidense Richard Alan White, em sua obra citada esclarece com riqueza de detalhes e embasado em farto corpo documental como se deu o processo de redistribuição fundiária no Paraguai. A massa populacional paraguaia era composta, sobretudo de camponeses, como dito. Esses foram a base do governo de José de Francia. Esse setor legitimou, em congressos populares nunca antes visto na América platina, o governo de Francia. O autor afirma que o governo francista promoveu verdadeira revolução no país, passando inclusive pelo arrendamento de terras públicas para camponeses empobrecidos, fator que diminuía as distâncias sociais, pelo menos entre os setores camponeses, com possibilidades de crescimento social. Na mesma linha de White, o historiador Mário Maestri ratifica o pensamento do primeiro em sua obra "Republica camponesa".

O Estado paraguaio, sob o regime francista, se tornou detentor de grandes extensões de terra, fruto principalmente de expropriações aos ricos como forma de castigo à classe que conspirava contra seu governo e sua vida. Nessas terras foram criadas e administradas pelo governo as "Estancias La Pátria". O governo mantinha o monopólio de cultivo e exportação de alguns produtos rendosos, como por exemplo, madeiras nobres. As estâncias públicas eram "cuidadosamente administradas, produziam gado para alimentação do Exército e couros para uso interno e pequena exportação. Episodicamente elas forneciam alimentos para população pobre". (MAESTRI, 2014) A principal função das estancias eram abastecer o exército, uma das maiores preocupações de Francia. Pelo grande volume de produção, o Estado era também o grande empregador no Paraguai. No período de governo de Carlos López, as estâncias públicas não foram abolidas, suas terras continuaram nas mãos do Estado. Isso gerou atritos entre o governo e a classe proprietária já desgostosa com o monopólio

estatal pela exportação de alguns produtos e, sobretudo, em busca por mais autonomia política.

Francia não teria praticado desapropriações de territórios com fim específico de assentamento camponês. Os ricos proprietários do Paraguai continuaram a usufruir do uso de suas propriedades. O governo Francia não foi um empecilho ao enriquecimento, como proposto por historiografia anti-Francia. (MAESTRI, 2014, p.136)

As terras que pertenciam ao Estado foram, em parte, arrendadas aos camponeses com baixo custo. No Paraguai, existiram pelo menos três subclasses rurais, os grandes proprietários que tinham sua produção voltada ao mercado externo. Os médios proprietários, chacreros, donos de pequenas e médias propriedades, produziam para subsistência e abasteciam, com o excedente, o comércio interno. E, por fim os camponeses despossuídos, que serviam de mão de obra nas grandes ou médias propriedades ou ainda nas terras do Estado. Esse camponês que não tinha uma porção de terras suas para produzir e sobreviver pode, com a politica de arrendamento, alugar um pedaço de terra do governo a preços módicos. (White, 1989) Essa condição continuaria tendencialmente nos governos de Carlos e Solano López.

Sobre as causas do conflito

É consenso na historiografia do grande conflito do Prata que ele não tem uma causa única, mas uma correlação de causas que colocaram frente a frente os países da região. A Argentina mitrista, por exemplo, buscava acabar com federalismo provinciano, suplantar o Paraguai e anexar partes de seu território. O império do Brasil já havia tentado sem sucesso em 1854/55 submeter o Paraguai por força das armas. (BARCELLOS, 2012) Após fracassada operação, o Império esperaria uma década para tentar novamente impor-se sobre aquele país. As definições de fronteira entre Brasil e Paraguai se arrastavam desde a época colonial. A navegação no rio Paraguai era questão inerente ao país de mesmo nome, visto se tratar de um rio interno. Para o Império do Brasil era fundamental resolver a questão da navegação, pois a província do Mato Grosso só poderia ser acessada por rio.

Do ponto de vista paraguaio, a situação que levaria ao conflito pode ser entendida como forma de garantir o não isolamento comercial que o país conheceu por longos anos. O Paraguai sob o signo do lopizmo desvencilhou-se da política isolacionista do governo anterior. Como não possuía porto marítimo para exportação de sua produção, o Paraguai utilizava o porto de Montevidéu. Quando em 1863 o Império

do Brasil, intervindo na política interna do Uruguai, apoiou o colorado Venâncio Flores contra as forças do partido *Blanco*, o governo do Paraguai protestou. A intervenção no Uruguai com o consentimento argentino seria um terror para política econômica paraguaia. Após diversos protestos ignorados, Francisco Solano López resolve partir para ofensiva e declarar guerra ao Império e posteriormente à Argentina.

Na obra "História em debate", os autores, apesar de uma série de equívocos de interpretação em relação à história do Paraguai, reconhecem que a deflagração do conflito se dá como "processo de consolidação do Estados Nacionais". (MOCELLIN; CAMARGO, 2013, p.119) Aliás, o Paraguai era, naquele momento, o único Estado Nacional já consolidado entre os beligerantes.

Mocellin e Camargo, em uma verdadeira salada de frutas historiográfica tentam explicar as razões do conflito. Utilizando o que eles chamam de "principal vertente da historiografia atual", sem nominar os autores, afirmam que a Guerra fora iniciada pelo Paraguai "com o intuito de controlar a região do Prata e conseguir uma saída para o mar". Os autores citados, como é comum em livros didáticos, não apresentam fontes e incorrem em graves erros historiográficos como por exemplo quando afirmam que a Argentina mitrista "mostrou-se favorável às intenções paraguaias".(MOCELLIN; CAMARGO, 2013, p.120)

Em sua obra "*El drama de 65: La culpa mitrista*", o historiador uruguaio Luis Alberto de Herrera deixa claro as intenções de Bartolomé Mitre para com o Paraguai. O suporte logístico e bélico argentino para Venâncio Flores invadir o Uruguai. Ainda nessa obra, Herrera afirma que o famoso tratado da Tríplice Aliança já havia sido pensado muito ates de 1º de maio de 1865. (HERRERA, 1927)

Nos anos 1863 e 1864, o presidente da Republica Argentina, Bartolomé Mitre, correspondeu-se confidencialmente com Solano López. Em uma dessas missivas, Bartolomé Mitre advertia a Solano López que a ocupação do território de Misiones – em disputa desde havia muitos anos – poderia "traer muy serias dificultades a ambos os países, provocando desde ya un malestar en la provincia de Corrientes". (O'LEARY, 1970, p.125) Mocellin e Camargo, no mínimo não consideraram as hipóteses suscitadas por outros historiadores especializados e que tem se dedicado ao tema recentemente. Mario Maestri, por exemplo, em sua obra "Guerra no Papel", não deixa dúvida a respeito dos interesses argentinos contra o Paraguai e não a seu favor como os referidos autores propõe.

Em outra obra, também constante do PNLD 2015, "Ser protagonista", Edições SM, os autores reconhecem o desprezo do Império do Brasil pela soberania uruguaia. Constantes intervenções no país vizinho. No entanto, tentando justificar as intervenções, os autores do livro protestam que os súditos imperiais, detentores de terras do lado de lá, estavam sendo alvos de ataques e saques "pelas tropas blancas". (COLETIVA, 2013)

Os autores igualmente desprezam o fato de o Uruguai ser país livre, autônomo e que os criadores escravagistas sulriograndenses, que lá tinham prropriedades, desrespeitavam as leis do país. A escravidão havia sido abolida em 1842 e mesmo assim os fazendeiros do Rio Grande do Sul insistiam em manter escravos trabalhando no país como se fosse uma extensão do Brasil.

O que já está se tornando consenso entre os historiadores, em geral não nacionalistas, é que o governo imperial e o argentino uniram forças, em um gesto inesperado, para submeter o governo *Blanco* do Uruguai. Em "Ser protagonista", os autores trabalaham com essa ideia, reconhecendo que "com a concordância do governo argentino, o Império enviou tropas que unidas às forças coloradas, depuseram o presidente uruguaio". (COLETIVA, 2013, 253)

Parece-nos que o que não fica claro para os autores de "Ser Protagonista", é a intenção dessa demanda. Como já haviamos proposto, o Império e a Argentina de Mitre vislumbravam livrar-se de seus maiores problemas na região, o federalismo e o Paraguai, nesse último representado por seu presidente Solano López. Para isso planejavam depôr os *Blancos* no Uruguai e posteriormente forçar o Paraguai militarmente a ceder os territórios litigiosos. Na opinião, a nosso ver equivocada, de "Ser protagonista", a intervenção no Uruguai "parecia garantir uma paz duradoura na reigião". (COLETIVA, 2013, 253) Nos parece apropriado porpor que, estabelcer a paz era a última coisa que os "grandes" da América do Sul queriam naquele momento.

Outra versão que parece não compreender bem as relações arbitrárias praticadas pelo governo imperial e abusos dos criadores riograndenses contra a autonomia uruguaia é a do livro "História: das cavernas ao terceiro milênio". Nessa obra, as autoras criticam "os saques de gado que lesavam os estancieiros do Rio Grande do Sul". (BRAICK; MOTA, 2013, 214)

A obra "História, Sociedade e Cidadania" de Alfredo Boulos Junior, em nosso entender é uma das mais interessantes produções disponibilizadas para as escolas públicas do Brasil através do Pragrama Nacional do Livro Didático. O autor, em leitura sóbrea e acertada, reconhece a luta na região platina como processo de formação dos

Estados Nacionais e como consequência da disputa dos países "pelo controle dos rios, das terras do gado e, sobretudo, do poder". (BOULOS, 2013, 260) Nesse contexto de disputas se incluiria também a Guerra do Paraguai. O autor também reconhece na intervenção imperial no Uruguai em 1863 como uma das causas iniciais do conflito.

Tese superada

A grande tese chiavetiana de que o Império fora finaciado pela Inglaterra que temia suposto poderio paraguaio já foi a muito superada pela historiografia especializada platina. É concenso na historiografia da Guerra do Paraguai, que o país de Francisco Solano López não oferecia o menor risco ao poderio inglês. Como vimos, o Parguai era um país pobre, de base camponesa e produção esmagadormente artesanal.

Essa tese foi revivida pelos autores em questão. Segundo o livro, "a Inglaterra, preocupada com o avanço industrial paraguaio, concedeu empréstimmo e defendeu a entrada da Argentina e do Uruguai no conflito." (MOCELLIN; CAMARGO, 2013, p.120)

A ideia de que ao estourar a Guerra do Paraguai, o Império do Brasil era um país endividado, com parcos recursos e precisara suplicar empréstimos à Inglaterra, tem sido relegada pela atual historiografia especializada. É correto afirmar que desde a independência, o Império passou por graves crises econômicas, seja para saldar as dívidas de guerra, seja para honrar com o compromisso assumido com a antiga metrópole. Para tanto, o governo imperial obrigou-se a solicitar empréstimos em bancos estrangeiros, sobretudo na Inglaterra.

A partir da década de 1840, porém, como assinala Paulo Roberto de Almeida, em sua obra *A diplomaica financeira do Brasil no Império*, o Brasil passou a viver uma experiência até então desconhecida, a de credor. Esse período coincide com a expansão da economia cafeeira no sudeste brasileiro e o fortalecimento das finanças do Estado. Do ponto de vista geopolítico, era a hora de o Império se impor sobre os países da região e consolidar sua hegemonia.

O prata estava ainda sobre o convulcionamento político herdado do período da independência e o Império se colocava como garantidor da ordem e do equilibrio regional, defendendo logicamente seus interesses comerciais, sobretudo a liberdade de navegação nos rios Paraná-Praguai e o acesso às províncias do centro oeste. Ao mesmo tempo em que consolidava-se como potência regional, o Império do Brasil rivalizava

com as potências européias, França e Inglaterra pelo controle político e econômico dos países vizinhos.

Nesse contexto surge a figura de Irineu Evangelista de Souza, futuro barão de Mauá, empresário de diversas áreas industriais e financeiras.

> O Banco Mauá e Cia. aliado na Inglaterra à Casa Baring, rival dos Rothschilds, logo estendeu sua rede a diversas cidades uruguaias: Salto, Paissandú, Mercedes e Cerro Largo, abrindo em seguida agências nas cidades argentinas de Rosário e Gualeguaichú. Os títulos da dívida do Uruguai para com o Brasil montavam, nessa época, a 266 mil pesos fortes, equivalentes aproximadamente a 800 contos de réis, com juros de 6% ao ano. As províncias de Entre-Rios e Corrientes, por sua vez, eram devedoras do Império, em virtude de convênio de empréstimo de novembro de 1851, por uma quantia equivalente a 768 contos de réis (400 mil patacões) e juros correspondentes na mesma faixa. (ALMEIDA, 2001, p.12)

Esse é o período do auge financeiro do Império, o que não quer dizer que não necessitasse de empréstimos com bancos internacionais, precisava e lançava mão dos mesmos, como veremos na tabela a seguir. O Império, portanto, não era dependente de recuros extrangeiros para manter a guerra, como propõe a historiografia tradicional. O governo imperial, por sinal planejava ações militares no prata desde muito tempo, como no caso da operação mal sucedida em 1854-5, como veremos melhor.

Nem mesmo as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a Inglaterra estavam reestabelecidas. Desde 1862, as relações bilaterais entre ambos estavam rompidas em função de incidentes envolvendo o saque de navio com bandeira inglesa no sul do Império e a prisão de oficiais da marinha britânica no Rio de Janeiro. A questão se resolveria apenas em setembro de 1865, em Uruguaiana-RS, quando da rendição do exército paraguio que invadira a província do Rio Grande do Sul. Ou seja, o Império mobilizou grande número de soldados do exército e guardas nacionais por praticamente um ano sem a necessidade de empréstimos britânicos.

No entanto, a tabela a seguir nos mostrará que ainda em 1865 o governo imperial recorreu ao empréstimo estrangeiro para fins de financiar a guerra contra o Paraguai. Os dados obtidos na tabela não nos permitem concluir que o empréstimo imperial foi feito junto a bancos ingleses. Portanto, os dados apresentados nos permitem concluir temporariamente que o governo imperial não dependeu mortalmente dos empréstimos ingleses.

Tabela 11
Contratação de empréstimos externos pelo Brasil, 1860-1889

	Valor em £	**Tipo** %	**Juros** %	**Prazo anos**	**Finalidades principais do empréstimo**
1860	1.373.000	90	4,5	30	Prolongamento da estrada ferro do São Francisco; Companhia Industrial Mucury
1863	3.855.300	88	4,5	30	Déficits Tesouro, pagamento de empréstimos anteriores (1824 e 1843)
1865	6.963.600	74	5	37	Déficits Tesouro, financiamento da Guerra do Paraguai
1871	3.459.600	89	5	38	Déficits Tesouro, juros de empréstimos anteriores e construção de estrada de ferro
1875	5.301.200	96,5	5	38	Déficits Tesouro, juros de empréstimos, construção de estrada de ferro
1883	4.599.600	89	4,5	38	Serviços de infraestruturua urbana; construção de estrada de ferro
1886	6.431.000	95	5	37	Cobertura de déficits orçamentários
1888	6.297.300	97	4,5	37	Extensão e construção de estradas de ferro
1889	19.837.000	90	4	56	Conversão dos empréstimos de 1865, 1871,1875, 1886 e 1888; ratificado em 1890

Fonte: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A diplomacia financeira do Brasil no Império.* Disponível em: <http://www.pralmeida.org/> Acesso em 18 jul. 2015.

A tese da culpabilidade inglesa, apesar de cambaleante, ainda é forte no imaginário social, sobretudo no Brasil, herança das discussões surgidas nos anos 1990. É, também, uma visão que está muito presente nas escolas, entre os professores e alunos que baseiam-se nos livros didáticos para pautar as disccusões em sala de aula. Um dos grandes problemas, ainda enfrentados em relação aos livros didáticos no Brasil, é que as produções acadêmicas levam demasiado tempo para refletir em suas páginas.

As referências utilizadas para os livros didáticos, mutias vezes, são desatualizadas, ou por vezes, os autores utilizam referenciais por afinidade ideológica desconsiderando as novas produções. Muitos esquecem de que os livros, os artigos e as ideias envelhecem. Na obra *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*, as autoras tentam fugir da retórica chiavettiana da culpabilidade inglesa. Tratam da questão utilizando um artigo que enfoca a questão puramente comercial entre os países

envolvidos e as potências europeias. Todavia, as autoras utilizam um texto datado de 1995, ou seja, de duas décadas atrás, o que não é um crime. (BRAICK; MOTA, 2013, 215) Mas um livro que servirá de base para o ensino de estudantes das redes públicas, muitos desprovidos de condições para contrastar as informações que ali estão, deve apresentar o que há de mais novo em pesquisas historiográficas sobre os temas abordados.

Não estamos afirmando que os trabalhos antigos devem ser esquecidos, não se trata disso, a questão central é apresentar para um público leigo as novidades da historiografia e se possível constrastar com o que já é consenso. Em um sistema de ensino ideal, ao nosso entender, os estudantes teriam acesso às produções historiográficas recém saídas da academia e apartir delas fazer as relações com os textos clássios para sua síntese. Porém, como esse sistema está meramente no campo das ideias, quem tem o dever de entregar os textos atualizados via livro didático, são as editoras selecionadas no PNLD.

Dentre as obras analisadas, a que mais se aproxima de fazer um balanço historiográfico do conflito, aludindo, incusive, o que se tem produzido ultimamente, é a obra *História em Debate*, de Renato Mocelin e Rosiane de Camargo. (MOCELLIN; CAMARGO, p.119) Os autores abreviam em apoucas linhas o pensamento da historiografia tradicional, nacional-patriótica, passando pelo revisionismo das décadas de 1970 e 1980 e por fim fazendo um balanço da historiografia restauracionista, que tem como principal ícone Francisco Doratioto, da qual os autores se apropriam para fazerem suas afirmações.

Conclusão

É compreensível que em um texto didático que deve ser prático e breve não haja uma análise detida e profunda dos desdobramentos históricos. No entanto, sabemos que as escolhas são subjetivas, aquilo que vai para o livro representa de certa forma, o modo de pensar dos autores, de sua concepção da História e quem sabe de mundo. As obras estudadas apresentam esquívocos ao tratar de questões importantes, como por exemplo, explicar os motivos da “forte resistencia” paraguaia na guerra defensiva, das causas do conflito e por supervalorizarem aspectos militares sobre os sociais.

Aparentemente os livros didáticos no Brasil têm passado por constantes reformulações. Apesar de não haver uma massificação das informações e produções acadêmicas nos livros didáticos, presenciou-se que aos poucos versões oficiais tem dado

lugar a novas produções. Ainda assim, os livros didáticos no Brasil estão longe de um ideal de produção. As novas pesquisas, as novas contribuições da historiografia especializada tem demorado muito a chegar nas classes escolares.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A diplomacia financeira do Brasil no Império**. p.12. Disponível em: http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=86&path%5B%5D=165. Acesso em Ag. 2017.

BARCELLOS, Fabiano. **A primeira Guerra do Paraguai: A expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5).** Passo Fundo: Méritos, 2012.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho**. História: das cavernas ao terceiro milênio.** São Paulo: Moderna, 2013.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, 2015.** Coleções mais distribuídas por componente curricular. Disponível em: < http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos> acesso em 18 jul. 2015.

BOULOS, Alfredo. **História Sociedade e Cidadania.** São Paulo: FTD, 2013.

CASSIANO, Célia. **O interesse é comercial. Entrevista. Revista Carta Fundamental.** Disponível em: <http://www.cartafundamental.com.br/single/show/233> Acesso em 15 mai. 2015.

Brasil. Secretaria de Educação Básica. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993.

CAPDEVILA, Luc. **Una guerra total: Paraguay [1864-1870].** Buenos Ayres: Sb, 2010.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai.** 12 ed. São Paulo: brasiliense, 1980.

COLETIVA, Obra. **Ser protagonista: História, 2º ano: ensino médio**. São Paulo: Edições SM, 2013.

FREITAS, Neli Klix, RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo**. Artigo. Revista da Pesquisa. Vol.3. disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf >acesso em 15 mai. 2015.

HERRERA, Luis Alberto. **El drama de 65: La culpa mitrista**. 2 ed. [s/l.], 1927.

MAESTRI, Mario. **A Guerra no Papel: História e historiografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)** Porto Alegre: FCM, 2013.

MAESTRI, Mario. **Paraguai: Republica camponesa (1810-1865).** Porto Alegre: FCM, 2014.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **História em debate.** São Paulo: Editora Brasil, 2013.

O'LEARY. Juan E. **El Mariscal Solano López.** Assunção: Casa América, 1970.

WHITE, Richar Alan. **La primera revolución popular en America: Paraguay (1810-1840)**. 2ed. Asunción: Carlos Schauman, 1989.